

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA

Termo de Referência 42/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
42/2026	153045-UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	FRANCISCO GULTIERREZ LIMA SOUZA	08/04/2026 09:23 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	97/2026	23067.037664/2024-31

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 23067.037664/2024-31)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de equipamentos para a completa estruturação e modernização dos laboratórios de prótese dental, patologia oral e endodontia e do Centro de Material e Esterilização do Curso de Odontologia da UFC em Sobral, da Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem (FFOE/UFC), da Divisão de Atenção ao Estudante (DAE/CAME/PRAE/UFC) e da Coordenadoria de Desenvolvimento Familiar (CDFAM/PREX/UFC), visando otimizar o ensino, a, incluindo instalação e montagem, nos termos da tabela abaixo, conforme pesquisa e a assistência à saúde bucal, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL [A1] [A2]
1	AGITADOR MAGNÉTICO, MATERIAL: GABINETE METÁLICO, ANTICORROSIVO, AJUSTE MECÂNICO, CAPACIDADE:ATÉ 10 L, ROTAÇÃO:ATÉ 2000 RPM RPM, TEMPERATURA:CONTROLE TEMPERATURA ATÉ 300 °C O prazo mínimo de garantia é de 12 (doze) meses. Caso o fabricante ofereça um prazo de garantia superior, este prevalecerá. O fornecimento inclui a instalação, comissionamento (primeiro funcionamento) e treinamento técnico-operacional no local de entrega.	408755	Unidade	5	R\$ 946,67	R\$ 4.733,35
2	APARELHO ELETROLÍTICO para limpeza de cromo-cobalto. - Voltagem: 220 volts. - Ajuste de potência de 1 a 5 posições. - Controle da potência através do amperímetro. - Dispositivo de segurança (fusível)	453104	Unidade	2	R\$ 2.751,14	R\$ 5.502,28

	<p>- Tempo médio necessário para limpeza cerca de 15 minutos</p> <p>- Dimensões aproximadas do produto: 21x20x18 (LxAxP)</p> <p>- Peso aproximado do produto: 7 Kg</p> <p>O prazo mínimo de garantia é de 12 (doze) meses. Caso o fabricante ofereça um prazo de garantia superior, este prevalecerá.</p>					
3	<p>ARTICULADOR CHARNEIRA, em alumínio, com imã ou pino de travamento para fixação dos modelos, peso de aproximadamente 215 gramas, para uso em laboratório de prótese odontológica. O prazo mínimo de garantia é de 12 (doze) meses. Caso o fabricante ofereça um prazo de garantia superior, este prevalecerá.</p>	245839	Unidade	10	R\$ 116,90	R\$ 1.169,00
4	<p>BOMBA À VÁCUO: Compatível com Forno para queima á vácuo de cerâmicas e injeção de cerâmicas prensadas. Deslocamento: 24 LPM. Vácuo máximo: 740 mmHg; RPM: 1750.</p> <p>Nº de Pistões: 2</p> <p>Vazão: 24 LPM</p> <p>Vácuo Máximo: 740 mmHg/29,1 mmHg</p> <p>RPM: 1750</p> <p>Potência do Motor: 85W - Proteção térmica</p> <p>Peso: 4,15 Kg</p> <p>Dimensões máximas em mm: CxLxA (225x197x160)</p> <p>Alta Resistência Química</p> <p>Desempenho em C.A 60Hz ao nível do mar</p> <p>O prazo mínimo de garantia é de 12 (doze) meses. Caso o fabricante ofereça um prazo de garantia superior, este prevalecerá.</p> <p>O fornecimento inclui a instalação, comissionamento (primeiro funcionamento) e treinamento técnico-operacional no local de entrega.</p>	600965	Unidade	4	R\$ 2.159,24	R\$ 8.636,96
5	<p>Capela Exaustão Tipo: De Gases Material: Madeira, Revestida Em Melamínico</p> <p>Dimensões: Cerca De 150 X 90 X 250</p> <p>CMComponentes: Janela Corrediça Com Contra Peso Adicional: Forma De Guilhotina</p> <p>Vazão: Até 1500 M3/H</p> <p>O prazo mínimo de garantia é de 12 (doze) meses. Caso o fabricante ofereça um prazo de garantia superior, este prevalecerá.</p> <p>O fornecimento inclui a instalação, comissionamento (primeiro funcionamento) e treinamento técnico-operacional no local de entrega.</p>	439135	Unidade	3	R\$ 25.573,33	R\$ 76.719,99
6	<p>Central de Jateamento Monojato - Frequência de rede admissível: 50/60 Hz. / Pressão de trabalho: 1 – 6 bar (14.5–87 psi) / Pressão de ligação máxima: 6 – 8 bar (87–116 psi). / Consumo de ar: 98 l/min a 6 bar (3.46 cfm a 87 psi). / Intensidade luminosa: 4800 lx. / Potência da lâmpada: em torno de 9W. / Dimensões aproximadas (L x A x P): 350 x 275 x 400 mm (13.8 x 10.8 x 15.7"). / Nível máx. de enchimento dos reservatórios: aproximadamente 1000 ml (34 fl.oz). / Número de reservatórios: 1 – 2. / Capacidade da câmara de jateamento: aproximadamente 10 l (2.64 gal). / O prazo mínimo de garantia</p>	413691	Unidade	1	R\$ 1.251,73	R\$ 1.251,73

	<p>é de 36 (trinta e seis) meses. Caso o fabricante ofereça um prazo de garantia superior, este prevalecerá.</p> <p>O fornecimento inclui a instalação, comissionamento (primeiro funcionamento) e treinamento técnico-operacional no local de entrega.</p>					
7	<p>CENTRÍFUGA ELÉTRICA: Centrífuga por indução motorizada e com ajustes, acionamento ao fechar a porta de segurança (220 V), de modo a produzir fundição homogênea das próteses dentárias.</p> <p>* Controle de rotação, aceleração, potência e balanceamento do braço giratório.</p> <p>* Braço de centrifugação com balanceamento com contra peso ajustável.</p> <p>* Indicação de: falta de água, super-aquecimento, posição de bobina, falha de corrente, falha de tensão, falta de aterramento e tempo de fusão.</p> <p>Dimensões aproximadas: Altura (535 mm) x Largura (600 mm) x Profundidade (650 mm)</p> <p>Temperatura máxima da água de refrigeração: 35°C</p> <p>Vazão da água a 2kg/cm2 : 4 litros/min</p> <p>Temperatura máxima de fusão: 1750°C</p> <p>Capacidade máxima de fusão: 80g</p> <p>Potência máxima: 3000 Watts</p> <p>Peso líquido do equipamento: Cerca de 63Kg</p> <p>Corrente máxima: 14 A</p> <p>Frequência: 50/60 Hz</p> <p>Tensão de entrada: 220 volts bifásico</p> <p>O prazo mínimo de garantia é de 12 (doze) meses. Caso o fabricante ofereça um prazo de garantia superior, este prevalecerá.</p> <p>O fornecimento inclui a instalação, comissionamento (primeiro funcionamento) e treinamento técnico-operacional no local de entrega.</p>	415976	Unidade	2	R\$ 6.799,99	R\$ 13.599,98
8	<p>CORTADOR GESSO, TAMANHO DISCO: 10 POL, POTÊNCIA MOTOR:1/2 ou 1/3 CV, TENSÃO ALIMENTAÇÃO:110/220 V, APLICAÇÃO: RECORTES E ACABAMENTOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: IRRIGAÇÃO AUTOMÁTICA DE ÁGUA. O prazo mínimo de garantia é de 12 (doze) meses. Caso o fabricante ofereça um prazo de garantia superior, este prevalecerá.</p>	387199	Unidade	6	R\$ 2.100,00	R\$ 12.600,00
9	<p>Destilador Água Capacidade: 5 L/H, Voltagem: 220 V, Características Adicionais: Dispositivo Para Desligamento Automático , Aplicação: Laboratório , Material: Aço Inox Aisi 304</p> <p>O prazo mínimo de garantia é de 12 (doze) meses. Caso o fabricante ofereça um prazo de garantia superior, este prevalecerá.</p> <p>O fornecimento inclui a instalação, comissionamento (primeiro funcionamento) e treinamento técnico-operacional no local de entrega.</p>	257323	Unidade	5	R\$ 2.161,00	R\$ 10.805,00
10	<p>EQUIPAMENTO ODONTOLÓGICO, TIPO: ENDODONTIA, P/ INSTRUMENTAÇÃO. INDICAÇÃO:P/</p>	441973	Unidade	12	R\$ 3.460,00	R\$ 41.520,00

	<p>ROTAÇÃO CONTÍNUA E MOVIMENTO RECÍPROCANTE. ASPECTO FÍSICO: MOTOR BANCADA, PAINEL LCD, AJUSTE DIGITAL. COMPONENTES: MICROMOTOR COM CABO, CONTRA-ÂNGULO AUTOCLAVÁVEL. COMPONENTES ADICIONAIS 1: PEDAL, CARREGADOR BIVOLT. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 1: ROTAÇÃO:MÁXIMO CERCA DE 1.200 RPM. PERÍODO DE GARANTIA PARA CABOS E BATERIAS DE NO MÍNIMO 6 MESES, O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR NUMERAÇÃO DE SÉRIE E DE LOTE, CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO E CONTROLE ALÉM DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.</p> <p>O prazo mínimo de garantia é de 12 (doze) meses. Caso o fabricante ofereça um prazo de garantia superior, este prevalecerá.</p>					
11	<p>EQUIPAMENTO ODONTOLÓGICO, TIPO: P/ PRÓTESE, ASPECTO FÍSICO:MOTOR DE BANCADA, FONTE:ELÉTRICO, INSTALAÇÃO:127/220 V, COMPONENTES ADICIONAIS:CABO, SUPORTE ACRÍLICO, COMPONENTES: BASE, MICROMOTOR, PEÇA RETA, PEDAL, MOTOR DE POLIMENTO COM DUAS VELOCIDADES. UTILIZADO PARA DAR POLIMENTO EM ACRÍLICOS, LIGAS DE METAIS, OUROS, PRATAS E RESINAS. DEVE POSSUIR AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: VELOCIDADE BAIXA POR VOLTA DE 1700 RPM E VELOCIDADE ALTA POR VOLTA DE 3400 RPM. MOTOR 1/2 CV E DEVE SER ACOMPANHADO DE DUAS PONTAS: DIREITA E ESQUERDA (ESCOVAS). CARACTERÍSTICA ADICIONAL:DE 30.000 A 40.000 RPM. O prazo mínimo de garantia é de 12 (doze) meses. Caso o fabricante ofereça um prazo de garantia superior, este prevalecerá.</p>	413691	Unidade	13	R\$ 953,83	R\$ 12.399,79
12	<p>ESPATULADOR DE GESSO A VÁCUO para homogeneização e eliminação de bolhas de ar de gesso odontológico: Composto por bomba de vácuo com potência mínima de 25-30 Pol/Hg, sistema de espatulação não inferior a 330RPM e, ao menos, um vacuômetro, um temporizador de 0-60seg, um interruptor para acionamento do sistema de espatulação e temporizador, um interruptor para acionamento da bomba de vácuo, um LED indicador do funcionamento do sistema de espatulação, um LED indicador do funcionamento da bomba de vácuo, duas mangueiras transparentes de ¼ de diâmetro, dois filtros, um prato de apoio para cubetas, duas cubetas de tamanhos diferentes 650 e 300ml, uma alavanca para encaixe das cubetas, manual completo e garantia de um ano. Voltagem 220V. O prazo mínimo de</p>	419101	Unidade	4	R\$ 3.901,90	R\$ 15.607,60

	garantia é de 12 (doze) meses. Caso o fabricante ofereça um prazo de garantia superior, este prevalecerá.					
13	ESTANTE PARA CENTRIFUGA CO/CR. Caixa para fixação de centrífuga mecânica, com acionamento através de pedal. Tamanho aproximado 85x58x58cm Fabricado com chapa; Pintura eletrostática. O prazo mínimo de garantia é de 12 (doze) meses. Caso o fabricante ofereça um prazo de garantia superior, este prevalecerá.	482663	Unidade	3	R\$ 1.279,41	R\$ 3.838,23
14	ESTANTE PROTETORA PARA MOTOR DE POLIMENTO PROTÉTICO compatível com motor OGP, Contém proteção no ato do desgaste junto ao torno de polimento, Com caixa protetora. Estante para proteção do motor em alumínio Iluminação em Led (15W) Contém proteção para as vias respiratórias e olhos Bandeja removível Dimensões aproximadas: 255 x 215 x 310mm Voltagem: 220 V Consumo de energia: cerca de 0,6 Kwh mês O prazo mínimo de garantia é de 12 (doze) meses. Caso o fabricante ofereça um prazo de garantia superior, este prevalecerá.	475611	Unidade	2	R\$ 488,90	R\$ 977,80
15	ESTUFA DE SECAGEM E ESTERILIZAÇÃO - CAPACIDADE: 150 L. DIGITAL DE ALTA PRECISÃO, ESTRUTURA INTERNA:CHAPA AÇO INOXIDÁVEL, ACABAMENTO INTERNO:ELETROPOLIDO, FORMATO: CANTOS ARREDONDADOS, TIPO BANDEJAS:ARAMADAS, LARGURA BANDEJAS:240 MM, ALTURA BANDEJAS:50 MM, PROFUNDIDADE BANDEJAS:670 MM, ESTRUTURA EXTERNA:CHAPA AÇO INOXIDÁVEL AISI 304, TRATAMENTO SUPERFICIAL BANDEJAS:POLIDO COM ISOLAMENTO TÉRMICO, TIPO AQUECIMENTO ELÉTRICO:POR RESISTÊNCIAS TUBULARES ALETADAS, TIPO CIRCULAÇÃO AR:VENTILADOR COM HÉLICE EM AÇO INOXIDÁVEL, TEMPERATURA TRABALHO:220 ºC, TEMPERATURA EXTERNA MÁXIMA:30 ºC, CAPACIDADE:10.000 FRASCOS, TIPO FRASCO:1, LARGURA BOCA FRASCO:20 MM, ALTURA FRASCO:57 MM, LARGURA CORP O prazo mínimo de garantia é de 12 (doze) meses. Caso o fabricante ofereça um prazo de garantia superior, este prevalecerá. O fornecimento inclui a instalação, comissionamento (primeiro funcionamento) e treinamento técnico-operacional no local de entrega.	230057	Unidade	4	R\$ 3.500,00	R\$ 14.000,00
16	FORNO ELÉTRICO PARA ANÉIS: Sistema de proteção contra hiper temperatura (PHT), mufla composta por pelo menos 4 placas cerâmicas com resistências e termopar com	604182	Unidade	2	R\$ 3.949,01	R\$ 7.898,02

	<p>proteção de tubo cerâmico, abertura da porta em vertical e com acabamento do refratário, com sistema microprocessado de temperatura, tempo e velocidade e aquecimento automático com quatro patamares, modelo em aço inox.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Voltagem: 220v. - Capacidade Técnica: 6 anéis. - Aquecimento: de ambiente a 1100°C. - Potência: 1500 watts. - Sistema de Aquecimento nas 4 paredes da câmara de queima. - Controlador Micro-Processado com controle de Temperatura, Taxa de Aquecimento e Patamar. - Sistema de Alarme Sonoro e Luminoso em LED. <p>O prazo mínimo de garantia é de 12 (doze) meses. Caso o fabricante ofereça um prazo de garantia superior, este prevalecerá.</p> <p>O fornecimento inclui a instalação, comissionamento (primeiro funcionamento) e treinamento técnico-operacional no local de entrega.</p>					
17	<p>GERADOR DE VAPOR INSTANTÂNEO:</p> <p>Para eliminação de gordura, deceramento, preparação, passivação e homogeneização de superfícies e limpeza de instrumentais.</p> <p>Tensão: 220 V</p> <p>Capacidade do tanque: aproximadamente 2,5 litros</p> <p>Temperatura máxima do vapor: 140° C</p> <p>O prazo mínimo de garantia é de 12 (doze) meses. Caso o fabricante ofereça um prazo de garantia superior, este prevalecerá.</p>	624545	Unidade	1	R\$ 5.660,99	R\$ 5.660,99
18	<p>Incubadora biológica desenvolvida para cultivo de ampolas de teste biológico autocontido de 3ª geração, destinados à monitorização dos ciclos de esterilização em autoclaves a vapor; / Com capacidade de, no mínimo 10 compartimentos; / Com dispositivo de rompimento de ampolas; / Permite a visualização do resultado sem a retirada do indicador da base; / Possui fonte de alimentação independente com tensão de entrada de 220V; / Com resultado efetivo em até três horas, para leitura do indicador biológico, por meio do método de fluorescência. / Temperatura máxima: 60° C / Com alarmes sonoros para melhorar o monitoramento. LEITURA RÁPIDA EM ATÉ 3 HORAS.</p> <p>Método de Esterilização: Estufa, Peróxido de Hidrogênio</p> <p>Temperatura Máxima (Celsius): 60 °C</p> <p>Dimensões aproximadas: A 81,28mm x C 222,25 mm</p> <p>Indicada para uso com o Pacote Teste Desafio</p> <p>O prazo mínimo de garantia é de 12 (doze) meses. Caso o fabricante ofereça um prazo de garantia superior, este prevalecerá.</p> <p>O fornecimento inclui a instalação, comissionamento (primeiro funcionamento) e treinamento técnico-operacional no local de entrega.</p>	480380	Unidade	5	R\$ 11.419,80	R\$ 57.099,00

19	<p>MAÇARICO OXI/GLP, Empunhadura: com os registros de oxigênio e GLP. Extensão para fundição: com bico tipo chuveiro, capacidade de fundir cerca de 100 gramas de cromo cobalto, extensão para solda: com três bicos de diferentes diâmetros mais adaptadores e abraçadeiras.</p> <p>Contém: cabo empunhador (1), extensão e tocha para fundição (1), extensão com bicos para solda (1) e bicos para solda nº 1,2,3 (1 peça de cada).</p> <p>O prazo mínimo de garantia é de 12 (doze) meses. Caso o fabricante ofereça um prazo de garantia superior, este prevalecerá.</p>	379643	Unidade	2	R\$ 1.377,15	R\$ 2.754,30
20	<p>MÁQUINA DE SOLDA A PONTO capacitiva, com pedal sem fio; solda fio com fio de inox até 1 mm, sem destemperá-lo; características principais: solda fio em fio; fio em braquete; fio em banda; braquete em banda; banda em banda; tubo em banda; botão em banda; fio em tubo sem prata. solda fio de niti (níquel titânio (niti + niti); repetibilidade do ponto de solda (p/ máquinas digitais); com revenido (acastanhamento), destempera fios e reduz fios galvanicamente (anodizador). solda prata localizada; iluminação dos eletrodos e eletrodos de múltipla escolha. não aquece o ponto de solda permitindo o posicionamento manual. Com controle eletrônico e o disparo da solda solid state (sem relê). Acessórios que acompanham a máquina: pedal sem fio, cabo para tratamento térmico e redução galvânica, chave allen 2,0 mm, chave allen 1,5 mm, manual de instruções.</p> <p>220 V</p> <p>Corrente de alimentação máxima (pico): cerca de 5 A</p> <p>Corrente de alimentação média em carga: cerca de 2,7 A</p> <p>Corrente de alimentação manutenção: cerca de 0,5 A</p> <p>Potência máxima de pico: cerca de 1.500 W</p> <p>Tempo de solda em SMP: cerca de 1 ms</p> <p>Diâmetro máximo do fio a ser soldado (SMP): 0,9 mm</p> <p>Espessura máxima de bandas (SMP): 0,2 mm</p> <p>Frequência de utilização contínua: cerca de 2 pontos/min</p> <p>Frequência de utilização máxima por 5 minutos: 10 pontos/min</p> <p>Peso aproximado: 7,7 kg</p> <p>O prazo mínimo de garantia é de 12 (doze) meses. Caso o fabricante ofereça um prazo de garantia superior, este prevalecerá.</p> <p>O fornecimento inclui a instalação, comissionamento (primeiro funcionamento) e treinamento técnico-operacional no local de entrega.</p>	601594	Unidade	2	R\$ 1.033,18	R\$ 2.066,36
21	<p>MARTELETE PNEUMÁTICO com arco e serra. Diminui o risco de quebra da prótese na deflumagem, remove o gesso do interior da base da prótese, demuflagem total e parcial das próteses. Retira o revestimento fosfatado das fundições. Separa bases metálicas dos modelos a serem transportados</p>	481450	Unidade	2	R\$ 1.044,75	R\$ 2.089,50

	<p>para articulador. Fratura o gesso (pedra comum ou especial) em partículas pequenas até sua remoção total, sem danificar a prótese. Com pedal de acionamento rápido. Utilizado para abertura de muflas tanto de metal quanto de micro-ondas. Elimina o uso de martelo e chave de fenda para a demuflagem. Não danifica a mufla. Pode ser utilizado na mufla de latão e na de micro-ondas.</p> <p>- Especificações técnicas:</p> <p>Medida aproximada: 115 mm de comprimento por 21,88 mm de diâmetro</p> <p>peso líquido aproximado: cerca de 0,146 (martetele + ponteira)</p> <p>Corpo do martetele: alumínio anodizado</p> <p>ponta punção e tipo fenda: aço inox</p> <p>Arco para serra troquelizadora</p> <p>Pedal para acionamento pneumático</p> <p>Conteúdo:</p> <p>1 martetele pneumático</p> <p>1 ponta tipo punção</p> <p>1 ponta tipo fenda</p> <p>1 arco para fização de serras para troquelização</p> <p>1 conexão "T" para a rede penumática</p> <p>1 pedal para acionamento penumático</p> <p>1 suporte para martetele</p> <p>1 frasco de micro óleo lubrificante</p> <p>1 manual para usuário</p> <p>O prazo mínimo de garantia é de 18 (dezoito) meses. Caso o fabricante ofereça um prazo de garantia superior, este prevalecerá.</p>					
22	<p>MEDIDOR LABORATÓRIO, TIPO: PORTÁTIL, USO:DETERMINAÇÃO DE PH (PHMETRO);</p> <p>O prazo mínimo de garantia é de 12 (doze) meses. Caso o fabricante ofereça um prazo de garantia superior, este prevalecerá.</p>	477056	Unidade	4	R\$ 1.424,84	R\$ 5.699,36
23	<p>MICROSCÓPIO, TIPO DE ANÁLISE: ÓTICO, TIPO:BINOCULAR, AUMENTO: OBJETIVAS ATÉ 100X, ZOOM ATÉ 1600X, COMPONENTES:ILUMINAÇÃO EM LED, ADICIONAL:INCLINAÇÃO ATÉ 45°, ROTAÇÃO DE 360°</p> <p>O prazo mínimo de garantia é de 12 (doze) meses. Caso o fabricante ofereça um prazo de garantia superior, este prevalecerá.</p>	601089	Unidade	6	R\$ 1.502,00	R\$ 9.012,00
24	<p>Micróto</p> <p>Tipo*: Automático</p> <p>Modelo: Rotativo</p> <p>Ajuste: Ajuste Digital, C/ Paine</p> <p>De Controle</p> <p>Espessura Corte: Corte Até 100 Micra</p> <p>Espessura Desbaste: Desbaste Até 999 Micra</p> <p>Componentes: C/ Suportes</p> <p>Outros Componentes: C/ Botão Emergência</p> <p>Adicional: C/ Alarme, Sistema Segurança</p> <p>O prazo mínimo de garantia é de 12 (doze) meses. Caso o fabricante ofereça um prazo de garantia superior, este prevalecerá.</p> <p>O fornecimento inclui a instalação, comissionamento (primeiro funcionamento) e treinamento técnico-operacional no local de entrega.</p>	430872	Unidade	3	R\$ 76.133,33	R\$ 228.399,99
25	Motor para Odontologia Portátil, utilizado	450465	Unidade	10	R\$ 4.245,74	R\$ 42.457,40

	<p>exclusivamente para Endodontia, Usado Na Instrumentação de Canais Com Movimentos Rotatórios e Recíprocos no sentido horário e anti-horário para ambos os movimentos, nos movimentos recíprocos que permita ajustes de angulação de 10 em 10 graus; Compatível C/todas As Limas de Instrumentação Mecanizadas do Mercado; Permita a conexão com localizador apical através de um cabo de dados mini-USB mostrando no display do motor a distancia do ápice quando conectado a esse localizador; Composto Por Motor sem fio, movido a bateria de ion-Lítio de mínimo 1500mA e 3,7 V, Contra Ângulo Autoclavável 1:1 e bico pulverizador para lubrificação, Base de apoio, Cabo Mini-usb e Carregador de bateria próprio, Manga de silicone protetora para o contra ângulo; Painel de Comando C/ Mínimo de 9 Opções de memórias de Programas rotatórios e 5 pre programas Recíprocos. Com Controle de Torque que permita ajustes de 0,5 a 4 Ncm; botão de acionamento Manual no Próprio Motor; Sem Pedal; Em Formato de Caneta de peça de mão; Acompanha Todos Os Acessórios Necessários para a Conexão Com a Lima Endodôntica; torque Máximo de 4 Nilton, Sem Fio, Leve , Portátil; Velocidade Com Variação até 1000RPM (+/- 10%); Voltagem de 110/220v Bivolt automático; Embalagem Individual Com Identificação, Em Caixa Que Garanta a Integridade do Produto e Manual de Instruções, Deve possuir registro na ANVISA e INMETRO; O prazo mínimo de garantia é de 12 (doze) meses. Caso o fabricante ofereça um prazo de garantia superior, este prevalecerá.</p>					
26	<p>POLITRIZ DE ALTA ROTAÇÃO: Torno de polimento de alta rotação, 220 V, para usinagem, acabamento e polimento de armação de PPR, eixo mandril com rotação a partir de 20.000 RPM com embreagem, aspirador e saco coletor de pó, com Iluminação, lâmpada fluorescente e protetor em acrílico.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Voltagem: 220v. - Motor Monofásico de ½ CV que em conjunto com as polias proporciona 20.000 RPM - Proteção de vidro ajustável. - Sistema de aspiração dos resíduos de polimento com armazenamento em filtro. - Sistema de ventilação com filtro para refrigeração do motor. - Sistema de iluminação na área de trabalho. - Base em alumínio fundido e carcaça em chapa de aço #18. <p>O prazo mínimo de garantia é de 12 (doze) meses. Caso o fabricante ofereça um prazo de garantia superior, este prevalecerá.</p>	245848	Unidade	3	R\$ 6.075,56	R\$ 18.226,68
27	<p>PRENSA PARA MUFLA BANCADA, MODELO:HIDRÁULICA, CAPACIDADE: 2 UN, ACABAMENTO:PINTURA ELETROSTÁTICA, CARACTERÍSTICAS</p>	397636	Unidade	2	R\$ 2.199,71	R\$ 4.399,42

	ADICIONAIS:MANÔMETRO MÍNIMO 100KGF ATÉ 3 TONELADAS. CAPACIDADE PARA 2 MUFLAS POSSUI MANÔMETRO DE AFERIÇÃO DE PRESSÃO DIMENSÕES APROXIMADAS: CERCA 310mm (comprimento) x 190mm (largura) x 340mm (altura) PESO LÍQUIDO APROXIMADO: CERCA DE 15 kg PESO BRUTO APROXIMADO: CERCA DE 16 kg O prazo mínimo de garantia é de 12 (doze) meses. Caso o fabricante ofereça um prazo de garantia superior, este prevalecerá.					
28	Seladora Embalagem (Cota Principal) Material: Chapa De Aço / Voltagem: 220 V / Funcionamento: Automático / Aplicação: Esterilização Em Autoclaves / Velocidade: 10 M/MIN / Potência: 280 W / Características Adicionais: Controle Eletrônico Temperatura / Selagem Horizontal \, SELAGEM DE 30 CM Desenvolvida para selagem de embalagens (papel/plástico) próprias para esterilização em autoclaves a vapor; Resistência PTC blindada com controle automático de temperatura. Bivolt. Automático (110-240V); Sistema integrado de corte em ambas as direções; Sistema micro controlado para maior precisão no tempo de selagem; Desligamento automática. Com suporte para a bobina. O prazo mínimo de garantia é de 12 (doze) meses. Caso o fabricante ofereça um prazo de garantia superior, este prevalecerá.	369041	Unidade	13	R\$ 6.256,67	R\$ 81.336,71
29	Seladora Embalagem (Cota reservada para ME/EPP) Material: Chapa De Aço / Voltagem: 220 V / Funcionamento: Automático / Aplicação: Esterilização Em Autoclaves / Velocidade: 10 M/MIN / Potência: 280 W / Características Adicionais: Controle Eletrônico Temperatura / Selagem Horizontal \, SELAGEM DE 30 CM Desenvolvida para selagem de embalagens (papel/plástico) próprias para esterilização em autoclaves a vapor; Resistência PTC blindada com controle automático de temperatura. Bivolt. Automático (110-240V); Sistema integrado de corte em ambas as direções; Sistema micro controlado para maior precisão no tempo de selagem; Desligamento automática. Com suporte para a bobina. O prazo mínimo de garantia é de 12 (doze) meses. Caso o fabricante ofereça um prazo de garantia superior, este prevalecerá.	369041	Unidade	4	R\$ 6.256,67	R\$ 25.026,68
30	TROQUELIZADOR (POSICIONADOR DE TROQUEL) E RECORTADOR DE PALATO, recorta, aspira e ensaca o gesso residual, fresa metal duro, troca rápida de brocas, unidade óptica (laser), mandril de inox,	479951	Unidade	1	R\$ 2.046,64	R\$ 2.046,64

	450 Watts de potência Rotação: 8000 rpm, Tensão: 220v. Peso aproximado: cerca de 8 kg Dimensões aproximadas: cerca de Dimensões: 45 x 28 x 36 cm - Itens Inclusos: 1 Troquelizador e Recortador de Palato 1 broca para perfuração 1 broca cônica para aparar o palato 1 manual de instruções O prazo mínimo de garantia é de 12 (doze) meses. Caso o fabricante ofereça um prazo de garantia superior, este prevalecerá. O fornecimento inclui a instalação, comissionamento (primeiro funcionamento) e treinamento técnico-operacional no local de entrega.					
31	ULTRASSOM PIEZOELÉTRICO E JATO DE BICARBONATO DE SÓDIO para uso EM PROFILAXIA E RASPAGEM ODONTOLÓGICA. Portátil, mobilidade para atendimento em vários consultórios. Tanque de água para irrigação capacidade de 1.000ml. Reservatório acoplado. Comandos de regulagem de potência e de volume de água por display touch screen, resistivo. Regulagem de potência com ajuste fino a cada 1% (0 a 100%) Regulagem de água com ajuste fino a cada 1% (0 a 100%) Pedal de acionamento Sistema de liga e desliga de água no pedal. Frequência de vibração 29KHz Fonte de alimentação bivolt 100-240V - 50 /60Hz, 1.0-0.5 . Registro ANVISA Certificado no INMETRO. O prazo mínimo de garantia é de 12 (doze) meses. Caso o fabricante ofereça um prazo de garantia superior, este prevalecerá.	410454	Unidade	29	R\$ 1.399,99	R\$ 40.599,71
32	VIBRADOR DE GESSO - ventosas para fixação - nível de vibração variável - Indicador luminoso - Baixo ruído - Bandeja removível - Tensão de alimentação: 220V - Frequência 60 Hz Potência: 25 W Dimensões aproximadas da base: 158 x 75 mm (D x A) Dimensões da aproximadas da bandeja: 155 x 9 mm (D x A) Peso aproximado: 1,2 Kg O prazo mínimo de garantia é de 12 (doze) meses. Caso o fabricante ofereça um prazo de garantia superior, este prevalecerá.	617362	Unidade	6	R\$ 333,99	R\$ 2.003,94
33	VIBRADOR PARA INCLUSÃO DE GESSO E REVESTIMENTO: comporta até 8 modelos de anéis, dois tipos de vibrações: 3.600 ou 7.200 vpm, três intensidades para	617362	Unidade	2	R\$ 1.316,98	R\$ 2.633,96

<p>cada tipo de vibração com regulagem de vibração através de potenciômetro, mesa revestida com borracha removível para limpeza, estrutura em aço e pintura eletrostática, potência: 150 w, frequência: 50-60 hz, dimensões aproximadas: a 16 cm x l 35 cm x c 25 cm, peso: 8 kg, voltagem: 110 v ou 220 v. O prazo mínimo de garantia é de 12 (doze) meses. Caso o fabricante ofereça um prazo de garantia superior, este prevalecerá.</p>					
---	--	--	--	--	--

~~1.1.1~~ **Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).**

Órgão Gerenciador:					
item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total

Órgão Participante:					
Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total

Órgão Participante:					
Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.[A3]

~~OU~~

~~1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como especiais, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.~~

Justificativa: Os produtos a serem adquiridos não são considerados bens ou serviços especiais. São, portanto, de natureza comum.

- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.[A4]
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) publicação da ARP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

Justificativa: A definição do prazo de vigência em 12 (doze) meses, contados da publicação da ARP, harmoniza a natureza do fornecimento não-contínuo (Art. 105 da NLLC) com o prazo de validade legal da Ata de Registro de Preços.

00

- ~~1.6. O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo, limitado a 5 anos] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.[A5]~~
- ~~1.7. 1.6.1 O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que [...], sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando [...] OU [o Estudo Técnico Preliminar] OU [os termos da Nota Técnica .../...].~~

00

- ~~1.8. O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo, limitado a um ano da ocorrência da emergência ou calamidade] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], improrrogável, na forma do art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.~~
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.[A1]
- ~~2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], conforme detalhamento a seguir:~~
- ~~I) ID PCA no PNCP: [...];~~
 - ~~II) Data de publicação no PNCP: [...];~~
 - ~~III) Id do item no PCA: [...];~~
 - ~~IV) Classe/Grupo: [...];~~
 - ~~V) Identificador da Futura Contratação: [...];~~

00

- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência. Sua inclusão no referido plano foi autorizada pela Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (Documento PROPLAD232 SEI nº 6157023) e operacionalizada pela Coordenadoria de Planejamento e Gestão Estratégica. A demanda encontra-se cadastrada sob a Contratação nº 153045-97/2026 (Documento de Formalização da Demanda nº 8/2026), conforme o conteúdo dos Documentos SEI nº 6090235, 6104429 e 6104717.

Justificativa: Esta demanda integra o Plano de Contratações Anual (PCA/2026) da UFC, conforme autorização da Pró-Reitoria (Documento SEI nº 6157023/PROPLAD232). A inclusão foi realizada pela Coordenadoria de Planejamento e Gestão Estratégica, sob a Contratação nº 153045-97/2026 (DFD nº 8/2026), em conformidade com os documentos SEI nº 6090235, 6104429 e 6104717.

- 2.3. O objeto da contratação está de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), conforme abaixo:

Perspectiva:	Resultado para a sociedade
Objetivo Estratégico:	Destacar-se, nacional e internacionalmente, pelo desenvolvimento da ciência, tecnologia, inovação e empreendedorismo.
Programa:	Aprimorar a qualidade, impacto e infraestrutura de pesquisa da UFC.

- 2.4. O objeto da contratação está de acordo com o Plano de Logística Sustentável da UFC (PLS), conforme abaixo:

Eixo:	Promoção da racionalização e do consumo consciente de bens e serviços.
Objetivo:	Objetivo 1.2 – Promover o uso responsável da água e da energia elétrica no âmbito da Universidade Federal do Ceará, visando a contribuir com a preservação do meio ambiente e proporcionar uma economia financeira para a instituição.

Justificativa: A aquisição alinhada ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e ao Plano de Logística Sustentável (PLS) da UFC garante que os investimentos em equipamentos de Odontologia contribuam diretamente para a excelência acadêmica e a pesquisa, conforme os objetivos estratégicos da universidade. Ao integrar a compra ao PLS, a UFC promove práticas mais eficientes e sustentáveis, otimizando recursos, reduzindo desperdícios e garantindo que a aquisição seja ambientalmente responsável. Esse alinhamento não só valida a necessidade dos equipamentos, mas também fortalece o compromisso da instituição com uma gestão transparente e orientada para resultados de longo prazo, justificando o uso de recursos públicos de forma estratégica e alinhada a uma visão de futuro.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.[A1]

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade[A1]

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 4.1.1. Quanto ao consumo de energia, é preferível que os equipamentos tenham a melhor classificação de eficiência energética disponível no mercado (ex: selo PROCEL, selo CONPET ou selo A do Inmetro, por exemplo);
- 4.1.2. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- 4.1.3. Quanto à composição, é preferível que os equipamentos não contenham substâncias perigosas, como mercúrio, chumbo, cádmio ou retardantes de chama bromados;
- 4.1.4. Os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil- polibromados (PBBs), éteres difenil- polibromados (PBDEs).
- 4.1.5. Sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- 4.1.6. Quanto à embalagem, ela deve ser mínima e, preferencialmente, feita com materiais reciclados ou biodegradáveis.

Justificativa: A inclusão desses critérios na contratação está alinhada com o princípio da sustentabilidade, conforme a Lei nº 14.133/2021. As exigências visam mitigar os impactos ambientais e sociais dos produtos adquiridos, promovendo a eficiência energética, a redução de resíduos, a utilização de materiais seguros e o consumo consciente. Isso garante que a administração pública atue de forma responsável e contribua para o desenvolvimento sustentável.

~~Indicação de marcas ou modelos~~

~~4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares: (...) [A2].~~

~~Da vedação de contratação de marca ou produto~~

~~4.3. Diante das conclusões extraídas do processo administrativo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas:~~

- ~~4.3.1. [...]~~
- ~~4.3.2. [...]~~

Justificativa: A exclusão da indicação de marcas ou modelos é fundamental para garantir a ampla competitividade do processo. Essa medida está alinhada com o princípio da isonomia da Lei de Licitações, evitando a restrição de fornecedores e permitindo que a Administração Pública obtenha a proposta mais vantajosa. As especificações técnicas do Termo de Referência já garantem a qualidade e o desempenho do produto, tornando a menção de marca desnecessária.

~~Da exigência de amostra~~

~~4.4. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.~~

~~4.5. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:~~

- ~~— 4.5.1. [...],~~
- ~~— 4.5.2. [...], e~~
- ~~— 4.5.3. [...].~~

~~4.6. As amostras poderão ser entregues no endereço [indicar o endereço] no prazo limite de [indicar o prazo], sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.~~

~~4.7. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.~~

~~4.8. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.~~

~~4.9. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:~~

- ~~— 4.9.1. Itens (....).,~~
- ~~— 4.9.2. Itens (....).~~

~~4.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.~~

~~4.11. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.~~

~~4.12. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.~~

~~4.13. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de XX (xxxxx) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.~~

~~4.14. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.[A3]~~

Justificativa: A exigência de amostras é dispensável para a aquisição de equipamentos complexos como os de laboratório e odontológicos. Essa medida pode onerar o processo e restringir a competitividade, já que o custo e a logística de envio de protótipos são elevados. A conformidade do material pode ser verificada de forma mais eficiente por meio de documentação técnica, como catálogos e certificações, sendo a verificação final da qualidade realizada no momento do recebimento provisório dos bens, conforme a Lei de Licitações.

~~Da exigência de carta de solidariedade~~

~~4.15. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.[A4]~~

Justificativa: A exigência de carta de solidariedade do fabricante é dispensável para esta contratação. Essa solicitação pode restringir indevidamente a competitividade, favorecendo grandes empresas e limitando a participação de pequenos fornecedores e distribuidores. A legislação já prevê a responsabilidade do fornecedor pela execução do contrato, e os atestados de capacidade técnica e a garantia do produto já garantem a segurança da Administração, tornando a carta de solidariedade um requisito desnecessário

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.[A5]

~~00~~

~~4.17. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de XX% (xxxxx por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:~~

~~4.18. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:~~

- ~~— 4.18.1. [...],~~
- ~~— 4.18.2. [...], e~~
- ~~— 4.18.3. [...].~~

~~4.19. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:~~

- ~~— 4.19.1. [...],~~
- ~~— 4.19.2. [...], e~~

~~4.19.3. [...]:~~

~~4.20. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.~~

~~4.21. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.~~

~~4.22. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.~~

~~4.23. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.[A6]~~

Justificativa: A vedação de subcontratação integral do objeto é justificada pela necessidade de garantir que o fornecedor selecionado tenha plena capacidade para a execução do contrato. Permitir a subcontratação poderia diluir a responsabilidade e o controle da Administração sobre a qualidade e a segurança dos equipamentos, além de potencialmente fragilizar o vínculo com a empresa vencedora. Manter a responsabilidade integral com o contratado principal garante a conformidade com as exigências técnicas e legais do processo de aquisição.

Garantia da contratação[A7]

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, ~~pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar~~, pois a natureza da aquisição, que envolve equipamentos de prateleira, o que minimiza o risco de descumprimento por parte da contratada. Além disso, a não exigência de garantia contribui para a obtenção de uma proposta mais vantajosa para a Administração Pública, pois evita que os custos sejam embutidos no preço final. O cronograma de pagamento, que ocorre somente após a entrega e a aceitação dos equipamentos, já protege o interesse público, tornando a garantia um ônus desnecessário.

Justificativa: A alteração do item foi realizada para aumentar a transparência e a eficiência do processo licitatório. Ao detalhar as razões para a não exigência de garantia de contratação diretamente no TR, eliminamos a necessidade de os interessados consultarem outro documento, como o Estudo Técnico Preliminar (ETP), para compreender a decisão. Isso não apenas agiliza a análise do edital por parte de possíveis licitantes, mas também demonstra que a decisão foi embasada em critérios técnicos e econômicos claros, como a natureza dos equipamentos de prateleira, a busca por uma proposta mais vantajosa e a proteção do interesse público já assegurada pelo cronograma de pagamento. Essa prática está em total conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e fortalece a segurança jurídica do processo.

~~OU~~

~~4.25. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a XX% (xxxxx por cento) do valor [total] OU [anual] da contratação[A8]. [A9]~~

~~4.26. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.~~

~~4.26.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.~~

~~4.26.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.~~

~~4.26.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.~~

~~4.26.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.~~

~~4.26.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.~~

~~4.27. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.[A10]~~

~~4.28. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.~~

~~4.29. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.~~

~~4.30. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.~~

~~4.30.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).~~

~~4.31. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:~~

~~4.31.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e~~

~~4.31.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado.~~

~~4.32. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10~~

~~(dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.~~

~~4.33. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.~~

~~4.34. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada [A11].~~

~~4.35. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.~~

~~4.35.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.~~

~~4.35.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.~~

~~4.36. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.~~

~~4.36.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.~~

~~4.36.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.~~

~~4.37. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.~~

~~4.38. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.~~

~~4.39. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.~~

~~4.40. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.~~

Justificativa: A exclusão da exigência de garantia de execução está justificada, pois a Lei nº 14.133/2021 permite que essa garantia seja dispensada em casos de bens e serviços de baixo valor ou risco. O objeto da presente contratação, por se tratar de equipamentos, pode ter sua qualidade assegurada por meio do recebimento provisório e definitivo e da garantia de fábrica. Além disso, a exigência de garantia pode restringir a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, prejudicando a competitividade e a busca pela proposta mais vantajosa.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

- 4.4. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.
- 4.4.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal[A12] .
- 4.4.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.
- 4.4.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

Margem de Preferência:

- 4.5. O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência normal de 10%, prevista no Decreto n.º 8.538/2015, conforme disposto na Resolução n.º 5, de 2021 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, por[A13] . se tratar de bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.

Justificativa: A aplicação da margem de preferência para bens manufaturados nacionais está em conformidade com o Decreto nº 8.538/2015 e a Resolução nº 5/2021 da CICS. Essa medida visa fortalecer a indústria nacional, incentivar a inovação tecnológica e promover o desenvolvimento econômico sustentável.

- 4.5.1. O enquadramento na Margem de Preferência de 10% dar-se-á conforme o detalhamento abaixo, estando contemplados todos os itens que se classificam como Instrumentação Laboratorial e/ou Equipamento Odontológico/Laboratorial na Resolução CICS vigente, exceto quando expressamente indicado o contrário.

ITEM Nº	CÓDIGO CATMAT	DESCRIÇÃO SIMPLIFICADA	MARGEM DE PREFERÊNCIA APLICADA (10%)
1	408755	AGITADOR MAGNÉTICO	Sim
2	453104	APARELHO ELETROLÍTICO	Sim

3	245839	ARTICULADOR CHARNEIRA	Sim
4	600965	BOMBA À VÁCUO: Compatível com Forno para queima á vácuo de cerâmicas e injeção de cerâmicas prensadas.	Sim
5	439135	Capela Exaustão	Sim
6	413691	Central de Jateamento Trijato	Sim
7	415976	CENTRÍFUGA ELÉTRICA	Sim
8	387199	CORTADOR GESSO	Sim
9	257323	Destilador Água	Sim
10	441973	EQUIPAMENTO ODONTOLÓGICO, TIPO: ENDODONTIA, P/ INSTRUMENTAÇÃO.	Sim
11	413691	EQUIPAMENTO ODONTOLÓGICO, TIPO:P/ PRÓTESE, ASPECTO FÍSICO:MOTOR DE BANCADA	Sim
12	419101	ESPATULADOR DE GESSO A VÁCUO	Sim
13	482663	ESTANTE PARA CENTRIFUGA CO/CR	Sim
14	475611	ESTANTE PROTETORA PARA MOTOR DE POLIMENTO PROTÉTICO	Sim
15	230057	ESTUFA DE SECAGEM E ESTERILIZAÇÃO	Sim
16	604182	FORNO ELÉTRICO PARA ANÉIS	Sim
17	624545	GERADOR DE VAPOR INSTANTÂNEO	Sim
18	480380	Incubadora biológica	Sim
19	379643	MAÇARICO OXI/GLP	Sim
20	601594	MÁQUINA DE SOLDA A PONTO	Sim
21	481450	MARTELETE PNEUMÁTICO	Sim
22	477056	MEDIDOR LABORATÓRIO, TIPO:PORTÁTIL, USO: DETERMINAÇÃO DE PH (PHMETRO)	Sim
23	601089	MICROSCÓPIO, TIPO DE ANÁLISE:ÓTICO, TIPO: BINOCULAR	Sim
24	430872	Micróto	Sim
25	450465	Motor para Odontologia Portátil, utilizado exclusivamente para Endodontia	Sim
26	245848	POLITRIZ DE ALTA ROTAÇÃO	Sim
27	397636	PRENSA PARA MUFLA BANCADA, MODELO: HIDRÁULICA	Sim
28 e 29 (cota principal e reservada para ME /EPP)	369041	Seladora Embalagem	Sim
30	479951	TROQUELIZADOR (POSICIONADOR DE TROQUEL) E RECORTADOR DE PALATO	Sim
31	410454	ULTRASSOM PIEZOELÉTRICO E JATO DE BICARBONATO DE SÓDIO	Sim
32	617362	VIBRADOR DE GESSO	Sim
33	617362	VIBRADOR PARA INCLUSÃO DE GESSO E REVESTIMENTO	Sim

Justificativa: A Margem de Preferência se aplica a bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras, conforme definido pelas Resoluções da CICS. A aplicação da Margem de Preferência de 10% é a conduta legalmente mais segura e aderente à política federal, pois se enquadram claramente na categoria de "instrumentação laboratorial" e "equipamentos hospitalares e de consultório médico, odontológico e laboratorial".

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados da emissão da nota de empenho, em remessa única.

ou

~~5.2. As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições.[A1]~~

Parcela	Composição da parcela	Prazo de entrega
1ª	... unidades do item ..., ... unidades do item dias da Assinatura/da Ordem de Fornecimento/ [...]
2ª	... unidades do item ..., ... unidades do item dias da Assinatura/da Ordem de Fornecimento/ [...]
3ª	... unidades do item ..., ... unidades do item dias da Assinatura/da Ordem de Fornecimento/ [...]
[...]	... unidades do item ..., ... unidades do item dias da Assinatura/da Ordem de Fornecimento/ [...]

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Justificativa: A escolha de 10 dias é adequada porque oferece à administração um tempo suficiente para avaliar as justificativas do fornecedor, negociar uma nova data de entrega, ou, se necessário, tomar as medidas cabíveis para garantir que a aquisição não seja prejudicada.

5.3. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

Unidade/Setor	Endereço
Curso de Odontologia da UFC em Sobral	Rua Conselheiro José Júlio, S/N – CEP 62.010-820 -Centro, Sobral, Ceará
Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem (FFOE/UFC)	Rua Alexandre Baraúna, 949, 1º andar - Rodolfo Teófilo - CEP 60430-160 - Fortaleza - Ceará
Divisão de Atenção ao Estudante (DAE/CAME/PRAE/UFC)	Rua Paulino Nogueira, 315, Bloco III, 1º andar – Benfica – Fortaleza – CE
Coordenadoria de Desenvolvimento Familiar (CDFAM/PREX/UFC)	Campus do Pici - Rua Pernambuco, nº 1674, Planalto do Pici - CEP 60440-140 - Fortaleza - CE

Justificativa: A entrega dos bens em até quatro endereços diferentes é necessária para garantir a distribuição direta dos equipamentos a cada setor demandante (Campus Sobral, FFOE/UFC, DAE/CAME/PRAE/UFC e CDFAM/PREX/UFC). Essa medida visa otimizar a logística, evitando a centralização em um único ponto para posterior redistribuição, o que poderia gerar custos adicionais, atrasos e riscos de dano aos equipamentos. A entrega direta agiliza a instalação e o início das atividades em cada laboratório.

~~5.4.1. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a (.....) (dias ou meses ou anos), ou a (metade, um terço, dois terços etc.) do prazo total recomendado pelo fabricante.~~

Justificativa: A aquisição de equipamentos para laboratórios não se enquadra na categoria de produtos perecíveis.

Garantia, manutenção e assistência técnica[A3]

~~5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)[A4]~~

~~ou~~

5.4. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior.; O prazo de garantia para a Central de Jateamento é de 36 meses, para o Marteleto Pneumático é de 18 meses, e para os cabos e baterias é de 6 meses. Em todos os casos, prevalecerá o maior prazo de garantia ofertado pelo fabricante, se superior ao mínimo exigido. A garantia será ~~contado~~ contada a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

Justificativa: O ajuste do item 5.4 do Termo de Referência com as exigências dos itens 6.4.1.1 e 4.1.2.1.1 do Estudo Técnico Preliminar é fundamental para assegurar a coerência e a segurança jurídica do processo de aquisição. Ao harmonizar os prazos de garantia entre os documentos, a universidade elimina qualquer divergência que possa gerar dúvidas nos licitantes, prevenindo a impugnação do edital e possíveis atrasos. Essa prática não só garante a conformidade com as exigências da Lei nº 14.133/2021, mas também assegura que a aquisição atenda plenamente às necessidades da instituição, com os equipamentos protegidos por garantias claras e bem definidas.

5.5. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante. [A5]

Justificativa: A exigência de uma garantia contratual mínima superior à garantia legal de 90 dias é fundamental para a proteção do investimento público. Um período de cobertura de 12 meses assegura tempo suficiente para que a universidade identifique e corrija eventuais defeitos de fabricação ou vícios ocultos que possam surgir após o uso contínuo dos equipamentos, garantindo sua qualidade e durabilidade. Além disso, a diferenciação dos prazos de garantia para equipamentos específicos é uma medida estratégica. Para a Central de Jateamento, a exigência de 36 meses de garantia reflete sua alta complexidade e custo, garantindo um suporte técnico prolongado. Da mesma forma, os 18 meses de garantia para o Marteleto Pneumático levam em conta a natureza de seu uso, enquanto os 6 meses para cabos e baterias consideram o desgaste natural desses componentes. Esse modelo escalonado protege o patrimônio da UFC de forma mais precisa e eficiente, alinhada às características de cada item.

5.6. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.10. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (dias) dias úteis, já incluído nesse prazo o tempo necessário para eventual retirada e devolução do bem, a cargo do Contratado.

Justificativa: O prazo de 15 dias úteis é equilibrado, oferecendo tempo suficiente para a realização do reparo e, ao mesmo tempo, garantindo a rápida solução do problema para a Administração. Um prazo muito curto poderia ser inviável para o fornecedor, enquanto um prazo muito longo prejudicaria as atividades dos laboratórios.

5.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.12. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.13. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.14. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.15. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.[A6]

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo

correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A fiscalização da execução do contrato será exercida por Fiscais Setoriais, designados em Portaria, que atuarão nas 4 (quatro) unidades distintas (FFOE, Campus Sobral, DAE e CDFAM). No âmbito de suas respectivas unidades, o Fiscal Setorial exercerá de forma integrada as atribuições de fiscalização técnica e administrativa, sendo responsável por verificar a manutenção das condições de habilitação e acompanhar o empenho/pagamento local, reportando-se ao Gestor do Contrato.

Justificativa: Embora o contrato possua um Gestor Único para coordenação geral, a fiscalização nas unidades descentralizadas ocorre de maneira multifuncional. Essa integração de atribuições técnicas e administrativas no Fiscal Setorial é uma medida de eficiência operacional, necessária devido à dispersão geográfica das unidades e à especificidade dos equipamentos laboratoriais entregues *in loco*.

6.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.[A1]

6.8. As atribuições descritas nas seções subsequentes são inerentes à atuação do Fiscal Setorial, que as desempenhará de maneira concomitante no âmbito de sua unidade. O detalhamento dessas atividades visa orientar a atuação do agente e garantir o fluxo de informações necessário para a tomada de decisão do Gestor do Contrato, assegurando a unidade de comando e a conformidade dos atos.

Justificativa: O item 6.8 estabelece a necessária conexão entre a fiscalização operacional e a gestão centralizada. Ao desempenhar as funções de forma concomitante, o Fiscal Setorial garante que o Gestor do Contrato receba subsídios técnicos e administrativos unificados, permitindo um controle mais célere e seguro, respeitando a exigência legal de designação de gestores e fiscais conforme a Lei nº 14.133/2021.

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.11. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.17. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.17.1. A fiscalização deve verificar se os itens entregues correspondem exatamente ao que foi solicitado no edital, em termos de modelo, marca, quantidade e especificações técnicas;

6.17.2. O fiscal deve conferir se os equipamentos chegaram em perfeitas condições, sem avarias, e se os manuais, notas fiscais e certificados de garantia estão inclusos, conforme o que foi acordado; e

6.17.3. A fiscalização deve emitir um relatório final, registrando o recebimento dos materiais, a conformidade com as especificações e qualquer ocorrência que precise de atenção, para então autorizar o processo de pagamento. [A2]

Justificativa: A inclusão dos itens é essencial para detalhar as rotinas de fiscalização, garantindo a conformidade da compra e protegendo o patrimônio público. Eles especificam que a fiscalização deve verificar a exata correspondência dos equipamentos com o pedido, suas condições de entrega e a documentação associada. Isso torna o processo claro e objetivo, essencial para a segurança e a transparência do processo de aquisição.

6.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.19. Cabe ao gestor do contrato:

6.19.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.19.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

6.19.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.19.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.19.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.19.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.19.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:[A1]

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,05% (zero vírgula zero cinco por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias.

Justificativa: A justificativa para a escolha desses valores é que eles estão em conformidade com o Artigo 163 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece diretrizes para a aplicação de sanções. A penalidade de moratória não pode ser abusiva e o limite de 30 dias é um prazo razoável e alinhado com as práticas de gestão contratual da administração pública.

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;[A2]

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

Justificativa: Essa faixa de valores está alinhada com os princípios da Lei nº 14.133/2021, que busca sanções proporcionais à gravidade da infração. A penalidade compensatória deve ser justa e suficiente para ressarcir a administração pública por danos decorrentes de descumprimento contratual, sem se

tornar excessivamente onerosa ou inviável, garantindo o equilíbrio do contrato.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

Justificativa: Essa faixa de valores é justificada pela gravidade da infração, a inexecução total do contrato, que causa o maior prejuízo à administração pública. A penalidade deve ser proporcional e suficiente para cobrir os danos e despesas com um novo processo licitatório, seguindo o princípio da razoabilidade previsto na Lei nº 14.133/2021.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 1% (um por cento) do valor da contratação.

Justificativa: Essa faixa de valores é justificada pelo princípio da proporcionalidade previsto na Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes. A penalidade deve ser proporcional à gravidade da infração, sendo que a alínea "b" geralmente se refere a falhas de menor impacto, como atrasos leves, que não justificam multas elevadas.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

Justificativa: Essa faixa de valores está alinhada com a legislação aplicável, que busca penalidades proporcionais ao dano causado. A multa compensatória, que substitui a moratória, é aplicada quando o atraso compromete a execução do objeto do contrato, exigindo uma sanção mais significativa, porém ainda razoável e justa.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

Justificativa: Essa estipulação de prazo é crucial para a conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e a segurança jurídica. O período de 15 dias é considerado um prazo razoável e suficiente para que a empresa possa efetuar o pagamento da multa, sem se tornar excessivamente oneroso e, ao mesmo tempo, garantindo a celeridade do processo administrativo.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária[A1], no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Justificativa: O prazo de 30 (trinta) dias para substituição de bens rejeitados é justificado pela complexidade dos equipamentos de laboratório, que frequentemente exigem fabricação ou importação e subsequentes testes de qualidade. Este período é considerado razoável e proporcional, equilibrando a necessidade de celeridade da UFC para evitar a paralisação de atividades com o tempo logístico e operacional mínimo exigido dos fornecedores para a correta reposição dos itens, garantindo a qualidade final da aquisição.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.[A2]

Justificativa: Essa definição de prazo é crucial para a gestão do contrato, garantindo a celeridade e a segurança jurídica. Um prazo de 10 dias úteis é considerado razoável e suficiente para que a equipe técnica realize a verificação e o aceite do material de forma cuidadosa, ao mesmo tempo em que evita atrasos indevidos no processo de pagamento, mantendo o bom andamento da contratação.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.[A3]

Justificativa: Essa definição de prazo, menor que a do item anterior, é justificada pela menor complexidade e valor das contratações, conforme o art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021 (dispensa de licitação). Um prazo mais curto de 5 dias úteis garante mais agilidade ao processo de pagamento e aquisição, alinhado à simplificação prevista na legislação para compras de menor vulto.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1. o prazo de validade;
- 8.12.2. a data da emissão;
- 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5. o valor a pagar; e
- 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice [Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo \(IPCA\)](#) de correção monetária.[A4]

Justificativa: A utilização do IPCA é justificada por ser o índice oficial de inflação do Brasil, amplamente reconhecido e utilizado para correção de valores em contratos. Sua adoção garante a legalidade do contrato, pois segue o princípio da estabilidade financeira e da transparência, assegurando que o valor devido ao contratado seja devidamente atualizado sem perdas de poder de compra.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

- 8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]
- 8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento[A6]

- ~~8.27. A presente contratação permite a antecipação de pagamento (parcial/total), conforme as regras previstas no presente tópico:~~
- ~~8.28. O Contratado emitirá recibo/nota fiscal/fatura/documento idôneo/... correspondente ao valor da antecipação de pagamento de R\$ (valor por extenso), tão logo ... (incluindo condicionante – ex. seja assinado o termo de contrato, ou seja, prestada a garantia etc.), para que o Contratante efetue o pagamento antecipado:~~
- ~~8.29. Para as etapas seguintes do contrato, a antecipação do pagamento ocorrerá da seguinte forma:~~
- ~~8.29.1. R\$..... (valor em extenso) quando do início da segunda etapa:~~
- ~~8.29.2. (...)[A7]~~
- ~~8.30. Quando admitida a antecipação de pagamento, fica o Contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado, na hipótese de inexecução do objeto:~~
- ~~8.31. No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não executada do contrato:~~
- ~~8.32. O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do (especificar o índice de correção monetária a ser adotado), ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução:~~
- ~~8.33. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento:~~
- ~~8.34. O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até (....) dias, contados do recebimento do (recibo OU nota fiscal OU fatura OU documento idôneo):~~
- ~~8.35. A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado:~~
- ~~8.36. O pagamento de que trata este item está condicionado à tomada das seguintes providências pelo Contratado:[A8]~~
- ~~8.36.1. comprovação da execução da etapa imediatamente anterior do objeto pelo Contratado, para a antecipação do valor remanescente,[A9]~~
- ~~8.36.2. prestação da garantia adicional nas modalidades de que trata o art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de ...%.[A10]~~
- ~~8.37. O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes:~~

Justificativa: A supressão dos tópicos de "Antecipação de Pagamento" é justificada pela natureza da aquisição e pelas diretrizes da Lei nº 14.133/2021. A legislação restringe a antecipação de pagamento a casos excepcionais, desde que justificados em estudo técnico preliminar. Para a compra de equipamentos, a antecipação representa um alto risco para a administração pública, pois o pagamento ocorreria antes da entrega e verificação dos bens. Eliminar esses itens evita a exposição a riscos financeiros desnecessários, alinha o Termo de Referência com a cautela exigida pela lei, e garante que o pagamento seja feito apenas após o recebimento e o ateste do material, protegendo o interesse público.

Cessão de Crédito[A11]

- 8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.[A12]
- 8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
- 8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A13]
- 8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A14]

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 04/11/2025 [A15].

Justificativa: A inclusão da data do relatório de pesquisa de preços é a forma mais precisa e juridicamente segura de definir o marco inicial para o reajuste. A Lei nº 14.133/2021 exige que os preços sejam fixos por um ano a partir da data de apresentação da proposta ou do orçamento estimado. Como são vários itens e orçamentos, o relatório consolida todas as pesquisas em um único documento, oferecendo uma referência única e transparente para toda a contratação, garantindo a legalidade do processo.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado[A16], os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice [IPCA \(Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo\)](#), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade[A17].

Justificativa: A escolha do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) é a mais indicada por ser o índice oficial da inflação no Brasil, medido pelo IBGE. Sua utilização garante que o reajuste dos preços no contrato reflita com precisão a variação do poder de compra da moeda. Isso assegura o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, protegendo tanto a contratada de perdas inflacionárias quanto a administração pública de reajustes arbitrários.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será (ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta[A1]

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade [PREGÃO](#), sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo [MENOR PREÇO](#).

~~OU~~

~~9.2. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta com fundamento no art. [74 OU 75], inciso [indicar o inciso], da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com base no seguinte fundamento: [descrever a fundamentação da contratação para enquadramento no dispositivo legal indicado].~~

Justificativa: A escolha da modalidade Pregão Eletrônico e do critério de Menor Preço é justificada pela natureza dos bens a serem adquiridos. Trata-se de equipamentos padronizados e de uso comum, cujas especificações técnicas são objetivamente definidas. Essa combinação assegura a obtenção da proposta mais vantajosa para a administração pública, por meio de um procedimento ágil, transparente e competitivo, conforme a Lei nº 14.133/2021.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será [integral](#).

Justificativa: A escolha pelo fornecimento integral é a mais adequada, pois a aquisição se refere a equipamentos que serão utilizados em conjunto para a estruturação de laboratórios. O recebimento de todos os itens de uma só vez é essencial para garantir a funcionalidade completa dos espaços e evitar a ociosidade dos equipamentos. Além disso, essa forma de entrega simplifica a fiscalização e o processo de pagamento.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será[A2]:

9.3.1 Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital **OU** tabela constante no item **item 1 - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO** deste Termo de Referência.

Justificativa: A manutenção do item referente aos critérios de aceitabilidade de preços justifica-se pela necessidade de estabelecer um parâmetro objetivo e seguro para o julgamento das propostas, assegurando que o certame se limite aos valores máximos obtidos na fase de pesquisa de mercado detalhada no Item 1 deste Termo de Referência. Tal medida visa garantir a economicidade da contratação e prevenir a aceitação de lances acima do orçamento estimado, em estrita observância ao princípio da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Exigências de habilitação[A3]

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A4] [A5]

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Ato de autorização para o exercício da atividade de [atividade de comercialização de produtos para saúde](#), expedido [pela ANVISA](#) nos termos da [Lei nº 6.360/1976 e demais regulamentações pertinentes](#). [A7]

Justificativa: A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) é o órgão regulador responsável por fiscalizar a produção e a comercialização de produtos para a saúde, incluindo equipamentos odontológicos. Exigir essa autorização garante a legalidade da empresa e a qualidade dos equipamentos adquiridos.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

- 9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A8]
- 9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A9]

Qualificação Econômico-Financeira[A10]

- 9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, para fins de habilitação, que o licitante atendeu aos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um) em ambos os exercícios, obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas[A11] :

Justificativa: A exigência de demonstrações contábeis referentes aos 2 (dois) últimos exercícios sociais é uma medida de cautela e reforço à segurança jurídica. O Art. 69, I, da Lei nº 14.133/2021 estabelece inequivocamente que a regra para a comprovação da qualificação econômico-financeira é a apresentação dos documentos relativos aos dois últimos exercícios sociais. Qualquer exigência inferior à regra legal é, por natureza, uma exceção que demandaria uma justificativa robusta e detalhada, comprovando que a regra seria restritiva para o mercado em questão.

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

- 9.26. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.[A12]

Justificativa: A escolha do patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total da contratação está em conformidade com o art. 69 da Lei nº 14.133/2021. Este percentual, que é o máximo permitido pela lei, é utilizado para assegurar que, mesmo que a empresa não atinja os índices de liquidez, ela possua uma estrutura financeira sólida para honrar o compromisso. Dessa forma, a administração pública se resguarda contra a inexecução contratual, mantendo o certame competitivo e atraindo empresas capazes.

- ~~9.28. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação[A13];~~

Justificativa: A Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações) é clara ao determinar, em seu artigo 69, que a comprovação da qualificação econômico-financeira deve ser feita com base no último exercício social já exigível. A exigência de que os indicadores sejam atingidos nos dois últimos exercícios

Nº ITEM	ITEM (RESUMO)	JUSTIFICATIVA TÉCNICA
01	AGITADOR MAGNÉTICO	Equipamento de instrumentação que requer ajustes e calibração de controle de temperatura (até 300 °C) para precisão laboratorial.
04	BOMBA À VÁCUO	Parte de um sistema de vácuo; exige instalação, compatibilidade e ajustes finos para garantir o vácuo máximo necessário (740 mmHg).
05	Capela Exaustão	Equipamento de segurança crítica que exige montagem estrutural, conexão ao sistema de exaustão e validação da vazão para proteger usuários contra gases.
06	Central de Jateamento	Exige ajustes de pressão (pneumática) e demonstração operacional para o uso correto das câmaras de jateamento.
07	CENTRÍFUGA ELÉTRICA	Equipamento de alta complexidade (fusão de próteses) que requer balanceamento, controle de rotação e demonstração dos sistemas de segurança.
09	Destilador Água	Requer instalação no ponto de abastecimento de água do laboratório e <i>start-up</i> para operação segura e eficiente (5 L/H).
15	ESTUFA (150 L)	Equipamento de grande porte para secagem e esterilização, exigindo instalação, calibração térmica e treinamento de validação.
16	FORNO ELÉTRICO P/ ANÉIS	Equipamento microprocessado de alta temperatura (1100°C), exige programação dos patamares de aquecimento e <i>start-up</i> de segurança.
18	Incubadora biológica	Equipamento de precisão (teste biológico) com leitura por fluorescência, requer calibração de temperatura e treinamento para uso do sistema de rompimento/leitura.
20	MÁQUINA DE SOLDA A PONTO	Instrumento de precisão odontológica que exige calibração eletrônica de potência e treinamento específico para solda em fios de diferentes diâmetros.
24	Micrótomo	Equipamento de altíssima precisão para cortes finos (micra); requer instalação de mesa, ajustes finos de espessura e treinamento intensivo de operação e segurança.
31	ULTRASSOM PIEZOELÉTRICO	Equipamento com comandos <i>touch screen</i> , regulagem fina de potência e água; exige treinamento operacional completo para correto uso clínico.

9.31.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.[A18]

9.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.[A19]

9.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.32. Prova de atendimento aos requisitos da [Autorização de Funcionamento de Empresa \(AFE\)](#) e do [Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Distribuição](#), previstos na lei nº 6.360/1976 e demais regulamentações da ANVISA: [A20].

Justificativa: A inclusão desses requisitos é crucial para garantir a segurança sanitária dos equipamentos adquiridos. A Lei nº 6.360/1976 e a regulamentação da ANVISA exigem que as empresas que fabricam, distribuem e comercializam produtos para a saúde possuam a AFE e, dependendo do produto, um Certificado de Boas Práticas. Essa exigência é um mecanismo de proteção à saúde pública, assegurando que os equipamentos são fabricados e manuseados de acordo com os padrões técnicos e de qualidade estabelecidos pelo órgão regulador.

Disposições gerais sobre habilitação

9.33. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.34. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.35. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.36. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.37. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 762.772,37 (Setecentos e sessenta e dois mil, setecentos e setenta e dois reais e trinta e sete centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no **item 1.1. deste termo de referência**.
- ~~10.2. O valor de referência para aplicação do maior desconto corresponde a R\$....[A1]~~

OU

- ~~10.3. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas. [A2]~~
- ~~10.3.1. Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.~~

Justificativa: A opção por adotar o critério de menor preço com publicidade do orçamento estimado é uma escolha válida e prevista em lei. Essa transparência atende ao princípio da publicidade, assegurando a clareza para todos os licitantes. Além disso, pode acelerar o processo, já que os concorrentes têm uma referência clara de valor, o que pode reduzir a necessidade de longas negociações e o risco de propostas inexequíveis.

- 10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.[A3]
- 10.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- 10.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

Justificativa: A manutenção das cláusulas de alteração e atualização de preços em sede de Registro de Preços fundamenta-se na necessidade de resguardar o equilíbrio econômico-financeiro da futura contratação ao longo de sua vigência. Tal previsão assegura à Administração Pública a prerrogativa de adequar os valores registrados às flutuações do mercado, permitindo a redução de preços em caso de queda nos custos ou a revisão extraordinária diante de eventos supervenientes, imprevisíveis ou de efeitos incalculáveis, conforme preceitua a Lei nº 14.133/2021. Ademais, a permanência desses dispositivos garante a exequibilidade da Ata de Registro de Preços, prevenindo o desabastecimento das unidades da UFC, ao mesmo tempo em que oferece segurança jurídica contra variações tributárias e assegura o direito ao reajuste anual por índices oficiais, mantendo a proposta vantajosa e sustentável para ambas as partes.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- ~~11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:~~
- ~~I) Gestão/unidade: [...];~~
- ~~II) Fonte de recursos: [...];~~
- ~~III) Programa de trabalho: [...];~~
- ~~IV) Elemento de despesa: [...]; e~~
- ~~V) Plano interno: [...].~~
- ~~11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.[A1]~~

OU

- 11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente[A2].

Justificativa: Sendo uma licitação na modalidade Sistema de Registro de Preços (SRP), a escolha de postergar a indicação da dotação orçamentária para a emissão da ordem de fornecimento é a mais correta. A Ata de Registro de Preços não gera uma obrigação de gasto imediata. A alocação de recursos ocorre apenas quando o órgão efetivamente solicita os bens, garantindo flexibilidade e o alinhamento com a disponibilidade orçamentária.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como *sigilosas*.^[A1]

Sobral, 08 de abril de 2026.

FRANCISCO GULTIERREZ LIMA SOUZA

Administrador

Curso de Odontologia da UFC em Sobral

Servidor Responsável pela Elaboração do TR

13. ANEXO I

Justificativa: A exclusão do Anexo I (Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato) se faz necessária e é justificada pela previsão de celebração de instrumento contratual formal para a presente aquisição. Visto que o contrato regerá a relação, as regras do instrumento substitutivo tornam-se redundantes no Termo de Referência.

~~Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato~~

~~(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa n.º 84, de 17 de maio de 2024)~~

~~OU~~

~~(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor – art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)~~

~~1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO~~

~~1.1. O adjudicatário terá o prazo de, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato [Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização] OU [constante deste Anexo], sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.~~

~~1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.~~

~~1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:~~

~~1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;~~

~~1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital OU na Autorização de Contratação Direta e/ou no Aviso de Dispensa Eletrônica, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II);~~

~~2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO~~

~~2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.~~

~~OU~~

~~2.3. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.[A1]~~

~~2.4. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin[A2]).~~

~~2.5. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.~~

~~2.6. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.~~

~~2.7. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.~~

~~ou~~

~~2.8. O prazo de vigência da contratação é de(máximo de um ano) contados do(a) (data da ocorrência da emergência ou da calamidade), improrrogável, na forma do art. 75, VII, da Lei nº 14.133/2021[A3].~~

~~3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE~~

~~3.1. São obrigações do Contratante:~~

- ~~3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;~~
- ~~3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;~~
- ~~3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;~~
- ~~3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;~~
- ~~3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;~~
- ~~3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;~~
- ~~3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;~~
- ~~3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.~~
 - ~~3.1.8.1. A Administração terá o prazo de **XXXXXXX**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. [A4]~~
- ~~3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **XXXXXX**. [A5]~~
- ~~3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais. [A6] [A7]~~

~~3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.~~

~~4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO[A8]~~

~~4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:~~

- ~~4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada [A9];~~
- ~~4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;~~
- ~~4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;~~
- ~~4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;~~
- ~~4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados; [A10]~~
- ~~4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;~~
- ~~4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:~~
 - ~~4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;~~
 - ~~4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;~~
 - ~~4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;~~
 - ~~4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e~~
 - ~~4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;~~
- ~~4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;~~
- ~~4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;~~
- ~~4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em~~

risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

- ~~4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;~~
- ~~4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;~~
- ~~4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;~~
- ~~4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;~~
- ~~4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;~~
- ~~4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;~~
- ~~4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;~~
- ~~4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;~~
- ~~4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;~~
- ~~4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres;~~
- ~~4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.[A11]~~
- ~~4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho[A12];~~
- ~~4.1.23. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;~~
- ~~4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;~~
- ~~4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.401, de 12 de junho de 2000;~~
- ~~4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;~~

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- ~~5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto;~~
- ~~5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação;~~
- ~~5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:~~
- ~~— 5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e~~
- ~~— 5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.[A13]~~

OU

- ~~5.4. A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes[A14]~~
- ~~5.5. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem[A15]:~~

~~— 5.5.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem — deste prazo;~~

~~5.6. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021:~~

OU

- ~~5.7. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes[A16] contraentes;~~
- ~~5.8. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa:~~
- ~~— 5.8.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 130 e 139 da mesma Lei;~~
- ~~— 5.8.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto;~~
- ~~— 5.8.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva;~~
- ~~5.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:~~
- ~~— 5.9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;~~
- ~~— 5.9.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;~~

~~5.9.3. Indenizações e multas.~~
~~5.10. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.~~
~~5.11. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.~~

~~6. DOS CASOS OMISSOS~~

~~6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.070, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A17]~~

~~7. ALTERAÇÕES~~

~~7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.~~
~~7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.~~
~~7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A10]~~
~~7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.~~
~~7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~8. FORO~~

~~8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.~~

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no [Edital](#) ~~OU Aviso de Contratação Direta~~, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o [Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica](#) nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FRANCISCO GULTIERREZ LIMA SOUZA

Administrador



Assinou eletronicamente em 08/04/2026 às 09:23:39.

